

EDITORIAL



A igualdade de gênero preconizada na Constituição Federal ainda não foi atingida nos diversos setores da vida, a ponto de algumas pessoas considerarem natural que as oportunidades e os direitos sejam distribuídos desigualmente, especialmente aquelas que são beneficiadas pelas desigualdades.

A desigualdade de gênero no Sistema de Justiça, de tão visível e perigosa, levou o Conselho Nacional de Justiça a instituir a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário (Resolução n. 255 de 04 de setembro de 2018), objetivando a adoção de medidas que minimizassem os obstáculos enfrentados por magistradas e servidoras para o exercício do seu trabalho e ao acesso aos cargos e funções mais elevados das respectivas carreiras.

Também nos meios acadêmico e editorial especializado a desigualdade de gênero está presente, uma vez que as vantagens e privilégios do ser masculino favorecem a produção intelectual, a pesquisa, a participação em eventos e acesso a financiamentos, ao mesmo tempo em que as intelectuais mulheres precisam conciliar os seus estudos com as tarefas e funções oriundas da própria condição feminina.

Certamente por isso o CNJ, um tanto premido pelo movimento das magistradas brasileiras, editou a Portaria nº 176 de 27 de maio de 2022 que constituiu o Repositório Nacional de Mulheres Juristas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, sendo que o Tribunal de Justiça do Paraná prontamente aderiu a esta iniciativa criando o Repositório de Juristas Mulheres do Paraná.

Este instrumento veio com a finalidade de reunir nomes de juristas mulheres especializadas nas diversas áreas do direito cuja produção intelectual e conhecimento possam contribuir para o aprimoramento do trabalho do Poder Judiciário, tanto como referência em peças processuais, em participações como palestrantes ou panelistas em eventos jurídicos, como

EDITORIAL

integrantes de comissões organizadoras e bancas examinadoras em concursos para a magistratura

A Comissão de Igualdade e Gênero do TJPR foi incumbida de providenciar a implantação do Repositório e o fez mobilizando seus integrantes, a comunidade acadêmica e a Biblioteca Hugo Simas para viabilizar a inscrição das estudiosas interessadas e facilitar o acesso de magistradas, magistrados, assessoras, assessores e organizadores de eventos à produção intelectual jurídica feminina do Estado, com o propósito de promover o equilíbrio de gênero em citações, fundamentações técnicas e teóricas e em participações em eventos.

Para a jurista interessada o Repositório tornou-se mais um espaço e oportunidade de divulgar seu trabalho, de inseri-lo no debate público das ideias e conferir-lhe uma finalidade prática na promoção da Justiça e do Direito. Em poucos dias quase uma centena de advogadas, professoras, magistradas, servidoras do TJPR e acadêmicas preencheram o formulário eletrônico disponibilizado na página da Comissão de Igualdade e Gênero, da EJUD- Escola Judicial e da Biblioteca Hugo Simas e passaram a integrar o nosso Repositório.

Ainda era preciso aperfeiçoar as possibilidades de acesso ao repertório de produção intelectual de acadêmicas, professoras e juristas atuantes no Estado do Paraná e cadastradas, disponibilizando digitalmente e gratuitamente seus trabalhos em um ambiente virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o que inspirou o projeto de criação da Biblioteca Virtual de Doutrina de Juristas Mulheres e da Coleção Mulheres Juristas.

Nas conversas e avaliações das equipes da CIG, da EJUD e da Biblioteca Hugo Simas surgiu a ideia de uma edição especial da Revista Galha Azul dedicada exclusivamente às juristas inscritas no Repositório, como uma ação efetiva de estímulo e divulgação do conhecimento das mulheres juristas do Paraná. Tão logo a equipe editorial da Revista e da EJUD publicaram os termos de recebimento dos trabalhos, um número surpreendente de interessadas se manifestou e teve início o processo de aprovação dos 23 artigos que compõem esta coletânea.

Esta Edição Especial da Revista Galha Azul é um marco histórico na luta pela Igualdade de Gênero na divulgação do conhecimento produzido por mulheres e uma pequena amostra do talento, da capacidade de reflexão crítica sobre Direito e Justiça destas 36 autoras que, certamente, servirão de estímulo a outras mulheres de todas as faixas etárias a dedicar parte de seu tempo à formação continuada, à pesquisa e à escrita jurídica, confiantes de que o Tribunal de Justiça do Paraná haverá sempre de reconhecê-las e valorizá-las.

Boa leitura!

Maria Aparecida Blanco de Lima¹

¹ **Maria Aparecida Blanco de Lima** é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná, atua na 4ª Câmara Cível, coordena o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atenção à População de Rua e preside a Comissão de Igualdade e Gênero do TJPR. É pós-graduada em Sociologia Política e Direito Administrativo e integra o Comitê Estadual de Memória, Justiça e Verdade do Estado do Paraná.